



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO N° : 23000.002842/2009-48
UNIDADE AUDITADA : SEC.EXECUTIVA/MEC
CÓDIGO UG : 150017
CIDADE : BRASÍLIA
RELATÓRIO N° : 224798
UCI EXECUTORA : 170975

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 224798, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo(a) **SECRETARIA-EXECUTIVA/MEC**, que incluiu as seguintes unidades jurisdicionadas: **SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS** e **SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**.

I - INTRODUÇÃO

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 06/04/2008 a 30/04/2008, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Ao longo dos trabalhos, não houve a ocorrência de restrições à realização dos exames, exceto pela intempestividade na entrega de documentação e respostas às Solicitações de Auditoria, o que impactou, porém não impediu a realização dos trabalhos de campo.



Ressalve-se que os prazos determinados por esta equipe para que o gestor responda às solicitações foram curtos, devido à grande demanda e à limitação de tempo da Auditoria de Contas.



II - RESULTADOS DOS TRABALHOS

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-57/2008 e pelas DN-TCU-94/2008 e 97/2009.

4. De acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-94/2008, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

- RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO;
- QUALIDADE E CONFIABILIDADE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO UTILIZADOS E CONTROLES INTERNOS IMPLEMENTADOS PELA GESTÃO;
- TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS;
- REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATO;
- REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS;
- CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU;
- CONCESSÃO DE DIÁRIAS;
- SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES.

4.1 RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO

Em relação aos resultados quantitativos e qualitativos analisamos as seguintes ações orçamentárias da SAA:

PROGRAMA 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União, cujo objetivo é assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes, com orçamento total de R\$ 51.303.649.322,00, sendo R\$ 4.892.224.252,00 para a UJ Ministério da Educação.

Execução das Ações Governamentais para o Programa 0089			
AÇÃO	DOTAÇÃO	SUB-REPASSE	% DAS DESP.
GOVERNAMENTAL	AUTORIZADA	RECEBIDO	EXECUTADAS
0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	R\$ 129.855.941,00	R\$ 129.494.555,63	99,72%
TOTAL DOS PROGRAMAS	R\$ 129.855.941,00	R\$ 129.494.555,63	99,72%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Trata-se da **Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis** com valor orçado em R\$ 26.067.895.048,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 129.494.555,63, tendo como finalidade garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento



às disposições contidas em regime previdenciário próprio.

A forma de implementação dessa ação é por transferência e executada através de pagamento, via sistemas informatizados, dos proventos e pensões aos inativos e pensionistas, respectivamente. Ela tem como meta 2.364 pessoas beneficiadas.

AÇÃO: 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis			
Metas			
	Previstas	Realizadas	Percentual Executado
Físicas	2.364	4.612	195%
Financeiras	R\$129.855.941,00	R\$128.226.888,63	99%

Dados: Relatório Tomada de Contas do Exercício 2008

AÇÃO: 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis		
Metas		
	Previstas	Sub-repasse recebido
Financeiras	R\$129.855.941,00	R\$129.494.555,63

Dados: SIAFI

Verificamos que a ação **0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis**, superou as metas físicas previstas para o exercício em 95% com execução orçamentária de 99%. As razões de justificativa e recomendações apresentadas no Relatório (fl. 132 e 133) refletem adequadamente os motivos da superação da meta física, bem como, são pertinentes quanto à forma de correção sugerida.

As metas financeiras executadas apresentaram uma discrepância de R\$1.267.667,00 com relação aos sub-repasses recebidos.

PROGRAMA **0750 - Apoio Administrativo**, cujo objetivo é prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos, com orçamento total de R\$ 37.747.362.449,00, sendo R\$ 966.501.931,00 para a UJ Ministério da Educação.



Execução das Ações Governamentais para o Programa 0750			
AÇÃO	DOTAÇÃO	SUB-REPASSE	% DAS DESP.
GOVERNAMENTAL	AUTORIZADA	RECEBIDO	EXECUTADAS
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	R\$ 14.482.087,00	R\$ 9.634.627,09	66,53%
2000 - Administração da Unidade	R\$ 158.883.750,00	R\$ 144.751.483,28	91,11%
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	R\$ 3.568.246,00	R\$ 2.287.317,07	64,10%
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	R\$ 286.825,00	R\$ 151.033,31	52,66%
2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	R\$ 2.226.863,00	R\$ 2.137.060,78	95,97%
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	R\$ 2.658.344,00	R\$ 2.576.383,40	96,92%
TOTAL DOS PROGRAMAS	R\$ 182.106.115,00	R\$ 161.537.904,93	88,71%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Trata-se da **Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** com valor orçado em R\$ 3.436.161.505,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 9.634.627,09, tendo como finalidade assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

A forma de implementação dessa ação é através de transferências e ela não possui meta.

Trata-se da **Ação 2000 - Administração da Unidade** com valor orçado em R\$ 20.133.121.094,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 144.751.483,28, tendo como finalidade constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

A forma de implementação dessa ação é direta e ela não possui meta. Trata-se da **Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**, com valor orçado em R\$ 912.296.731,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 2.287.317,07, tendo como finalidade proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.



A forma de implementação dessa ação é direta e ela tem como meta 14.657 pessoas beneficiadas.

AÇÃO: 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
Metas			
	Previstas	Realizadas	Percentual Executado
Físicas	14.657	3.706	25%
Financeiras	R\$3.568.246,00	R\$2.071.904,73	58%

Dados: Relatório Tomada de Contas do Exercício 2008

AÇÃO: 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes		
Metas		
	Previstas	Sub-repasse recebido
Financeiras	R\$3.568.246,00	R\$2.287.317,07

Dados: SIAFI

Verificamos que a ação **2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes** apresenta divergência na execução das metas físicas. Esta divergência já foi abordada no Relatório de Auditoria Anual de Contas do Exercício 2007, onde a Unidade reconhece a falha apontada, na oportunidade, e comprometeu-se a adotar "medidas imediatas para que tal situação ocorra no exercício em curso" (2008).

As ações desenvolvidas no ano de 2008 pelo MEC são fundamentalmente gerenciais, que não tiveram até o momento sua implantação física, e consequentemente melhoras nas metas executadas, ainda, não foram sentidas.

Até o final do exercício haviam sido pagos R\$2.070.634,17, o que corresponde a 90,53% do sub-repasse recebido.

Trata-se da **2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados** com valor orçado em R\$ 123.631.129,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 151.033,31, tendo como finalidade oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.



A forma de implementação dessa ação é direta e ela tem como meta 274 crianças atendidas.

AÇÃO: 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados			
Metas			
	Previstas	Realizadas	Percentual Executado
Físicas	274	145	53%
Financeiras	R\$286.825,00	R\$151.033,31	53%

Dados: Relatório Tomada de Contas do Exercício 2008

AÇÃO: 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados		
Metas		
	Previstas	Sub-repasse recebido
Financeiras	R\$286.825,00	R\$151.033,31

Dados: SIAFI

Verificamos que a ação **2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**, conforme declarado no Relatório (fl. 118) houve uma estimativa inadequada na previsão orçamentária, esta afirmação foi baseada em análise de metas de anos anteriores. Segundo a própria Unidade as metas orçamentárias serão readequadas aos resultados históricos. Contudo, deve-se salientar que as metas atingidas em anos anteriores possam estar aquém do ideal, portanto, sugere-se que sejam feitas análises comparativas com outros órgãos, no intuito de se balizar a adequabilidade das metas.

Trata-se da **2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados** com valor orçado em R\$ 611.480.072,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 2.137.060,78, tendo como finalidade efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n°



7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

A forma de implementação dessa ação é direta através de pagamento, em pecúnia, do auxílio-transporte ao servidor ativo. Ela tem como meta 2.209 servidores beneficiados.

AÇÃO: 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados			
Metas			
	Previstas	Realizadas	Percentual Executado
Físicas	2.209	1.266	57%
Financeiras	R\$2.226.863,00	R\$2.137.060,78	96%

Dados: Relatório Tomada de Contas do Exercício 2008

AÇÃO: 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados		
Metas		
	Previstas	Sub-repasse recebido
Financeiras	R\$2.226.863,00	R\$2.137.060,78

Dados: SIAFI

Conforme declarado no Relatório (fl. 120), a ação **2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados** teve uma estimativa inadequada na previsão orçamentária, esta afirmação foi baseada em análise de metas de anos anteriores. Segundo a própria Unidade as metas orçamentárias serão readequadas aos resultados históricos.

Contudo, deve-se salientar que as metas atingidas em anos anteriores podem estar aquém do ideal, portanto, sugere-se que sejam feitas análises comparativas com outros órgãos, no intuito de se balizar a adequabilidade das metas.

Quanto a meta financeira cabe destacar que houve um atingimento de 96%, enquanto a meta física atingiu apenas 57%. Donde conclui-se que houve um gasto de aproximadamente duas vezes ao previsto, para cada unidade física executada. Esta situação merece esclarecimento e busca de possíveis situações de desconformidade.

Trata-se da **Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados** com valor orçado em R\$ 769.890.067,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 2.576.383,40, tendo como



finalidade conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório. A forma de implementação dessa ação é direta através de pagamento, em caráter indenizatório, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos. Ela tem como meta 1676 servidores beneficiados.

Programa **1067 - Gestão da Política de Educação**, cujo objetivo é coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação, com orçamento total de R\$ 96.256.152,00, sendo R\$ 96.256.152,00 para a UJ Ministério da Educação.

Trata-se da **4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação** com valor orçado em R\$ 19.137.781,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 585.610,87, tendo como finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

A forma de implementação dessa ação é direta e ela tem como meta 1.762 servidores capacitados.

AÇÃO: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação			
Metas			
	Previstas	Realizadas	Percentual Executado
Físicas	1.762	2.093	118%
Financeiras	R\$1.000.000,00	R\$552.307,68	60%

Dados: Relatório Tomada de Contas do Exercício 2008

AÇÃO: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação		
Metas		
	Previstas	Sub-repasse recebido
Financeiras	R\$1.000.000,00	R\$585.610,87

Dados: SIAFI



Verificamos que a ação **4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação** superou as metas físicas previstas para o exercício em 18% com execução orçamentária de 60%. Esta realização demonstrou uma boa aplicação dos recursos públicos. Entretanto, a Unidade deve se manter atenta quanto a previsões incorretas de metas físicas e financeiras.

Até o final do exercício haviam sido pagos R\$319.688,08, o que corresponde a 54,59% do sub-repasse recebido.

4.2 RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO

Em relação aos resultados quantitativos e qualitativos analisamos as seguintes ações orçamentárias da SPO:

Programa **1067 - Gestão da Política de Educação**, cujo objetivo é coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação, com orçamento total de R\$ 96.256.152,00, sendo R\$ 96.256.152,00 para a UJ Ministério da Educação.

Execução das Ações Governamentais para o Programa 1067			
AÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS	% DAS DESP.
GOVERNAMENTAL	AUTORIZADA	EXECUTADAS	EXECUTADAS
11T4 - Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Efetividade das Políticas Educacionais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
2014 - Gerenciamento da Política Nacional de Educação	R\$ 2.262.112,00	R\$ 1.092.504,72	48,30%
2272 - Gestão e Administração do Programa	R\$ 1.153.392,00	R\$ 523.970,49	45,43%
4081 - Gerenciamento das Políticas da Educação a Distância	R\$ 8.690.332,00	R\$ 5.775.076,86	66,45%
4082 - Gerenciamento das Políticas da Educação Especial	R\$ 400.002,00	R\$ 396.211,64	99,05%
4083 - Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior	R\$ 3.037.500,00	R\$ 2.321.534,80	76,43%
4172 - Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	R\$ 39.890.000,00	R\$ 39.890.000,00	100,00%
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	R\$ 1.000.000,00	R\$ 585.610,87	58,56%
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.500.000,00	100,00%
8241 - Gerenciamento das	R\$ 5.500.000,00	R\$ 3.824.783,78	69,54%



Execução das Ações Governamentais para o Programa 1067			
ACÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS	% DAS DESP.
GOVERNAMENTAL	AUTORIZADA	EXECUTADAS	EXECUTADAS
Políticas de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade			
8255 - Gerenciamento das Políticas da Educação Profissional	R\$ 1.620.000,00	R\$ 1.619.037,72	99,94%
8373 - Gerenciamento das Políticas da Educação Básica	R\$ 2.316.796,00	R\$ 2.019.893,02	87,18%
TOTAL DOS PROGRAMAS	R\$ 68.370.134,00	R\$ 60.548.623,90	88,56%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Trata-se da **Ação 11T4 - Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Efetividade das Políticas Educacionais** com valor orçado em R\$ 2.700.000,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 0,00, tendo como finalidade implantar uma cultura de planejamento e gerenciamento, baseada em resultados, criando mecanismos de monitoramento e avaliação permanente da efetividade das políticas educacionais, que produzam informações oportunas e confiáveis para subsidiar os gestores na racionalização da aplicação dos recursos públicos e no aperfeiçoamento das estratégias utilizadas. A forma de implementação dessa ação é direta. Sua implementação se dará por meio de: contratação de consultorias e serviços especializados; desenvolvimento de atividades de pesquisa e de capacitação, e aquisição de equipamentos, no âmbito de cooperação técnica estabelecida com organismo internacional. e ela tem como meta implantar 30% do sistema.

Trata-se da **Ação 2014 - Gerenciamento da Política Nacional de Educação** com valor orçado em R\$ 2.512.112,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 1.092.504,72, tendo como finalidade desenvolver ações decorrentes da própria competência do Conselho Nacional de Educação para exercer as funções normativas, deliberativas e de assessoramento do Ministro da Educação, objetivando zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem.

A forma de implementação dessa ação é direta sendo que os recursos, alocados no orçamento da Administração Direta do MEC, são descentralizados para a Unidade Gestora - Conselho Nacional de Educação, mediante solicitação e ela não possui meta.

Trata-se da **Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa** com valor orçado em R\$ 2.392.657,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 523.970,49, tendo como finalidade constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.



A forma de implementação dessa ação é do tipo direta e ela não possui meta.

Trata-se da **Ação 4081 - Gerenciamento das Políticas da Educação a Distância** com valor orçado em R\$ 10.862.915,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 5.775.076,86, tendo como finalidade dar suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle das ações pertinentes a esta modalidade de ensino, no âmbito de atuação da SEED, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas à política nacional de educação fundamental.

A forma de implementação dessa ação é direta sendo que os recursos, alocados no orçamento da Administração Direta do MEC, são descentralizados para a Unidade Gestora - Secretaria de Educação a Distância, mediante solicitação e ela não possui meta.

Trata-se da **Ação 4082 - Gerenciamento das Políticas da Educação Especial** com valor orçado em R\$ 500.000,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 396.211,64, tendo como finalidade dar suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle das ações pertinentes a esta modalidade de ensino, no âmbito de atuação da SEESP, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas à política nacional de educação especial.

A forma de implementação dessa ação é direta sendo que os recursos, alocados no orçamento da Administração Direta do MEC, são descentralizados para a Unidade Gestora - Secretaria de Educação Especial, mediante solicitação e ela não possui meta.

Trata-se da **Ação 4083 - Gerenciamento das Políticas do Ensino Superior** com valor orçado em R\$ 3.375.000,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 2.321.534,80, tendo como finalidade dar suporte ao planejamento, à formulação de políticas, à avaliação e ao controle das ações pertinentes ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, no seu âmbito de atuação, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas à política nacional de educação superior.

A forma de implementação dessa ação é direta sendo que os recursos, alocados no orçamento da administração direto do MEC, são descentralizados para a unidade gestora-Secretaria de Educação Superior, mediante solicitação e ela não possui meta.

Trata-se da **Ação 4172 - Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa** com valor orçado em R\$ 39.890.000,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 39.890.000,00, tendo como finalidade prover infra-estrutura de redes de alta velocidade, grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade para suporte à pesquisa científica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do país na sociedade da informação.



A forma de implementação dessa ação é direta através de pagamento, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, de faturas referentes aos serviços de telecomunicações, em parceria com o Ministério da Educação e ela tem como meta 335 pontos de rede mantidos.

Trata-se da **4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** com valor orçado em R\$ 19.137.781,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 585.610,87, tendo como finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

A forma de implementação dessa ação é direta e ela tem como meta 1.762 servidores capacitados.

AÇÃO: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			
Metas			
	Previstas	Realizadas	Percentual Executado
Físicas	45.843	50.862	111%
Financeiras	R\$19.185.924,00	R\$16.832.737,00	88%

Dados: Relatório Tomada de Contas do Exercício 2008

AÇÃO: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação		
Metas		
	Previstas	Sub-repasse recebido
Financeiras	R\$1.000.000,00	R\$585.610,87

Dados: SIAFI

Verificamos que a ação **4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação** superou as metas físicas previstas para o exercício em 11% com execução orçamentária de 88%. Esta realização demonstrou uma boa aplicação dos recursos públicos. Entretanto, a Unidade deve se manter atenta quanto a previsões incorretas de metas físicas e financeiras.

Trata-se da **Ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública** com valor orçado em R\$ 2.500.000,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 2.500.000,00, tendo como finalidade propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações



que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.

A forma de implementação dessa ação é direta e ela não possui meta.

Trata-se da **Ação 8241 - Gerenciamento das Políticas de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade** com valor orçado em R\$ 6.875.000,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 3.824.783,78, tendo como finalidade dar suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle das ações pertinentes à educação continuada e à diversidade no espaço escolar, no âmbito de atuação da SECAD, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas à política nacional de alfabetização e inclusão educacional.

A forma de implementação dessa ação é direta sendo que os recursos, alocados no orçamento da administração direta do MEC, são descentralizados para a Unidade Gestora - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, mediante solicitação e ela não possui meta.

Trata-se da **Ação 8255 - Gerenciamento das Políticas da Educação Profissional** com valor orçado em R\$ 1.800.000,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 1.619.037,72, tendo como finalidade promover a realização de estudos e pesquisas educacionais que tenham por objetivo consubstanciar a implementação das políticas públicas preconizadas pelo Ministério da Educação para Educação Profissional. Dar suporte aos meios e às ações necessários à execução de iniciativas, no âmbito de atuação da Secretaria de Educação Tecnológica do MEC.

A forma de implementação dessa ação é direta sendo que os recursos, alocados no orçamento da Administração Direta do MEC, são descentralizados para a Unidade Gestora - Secretaria de Educação Tecnológica, mediante solicitação e ela não possui meta.

Trata-se da **Ação 8373 - Gerenciamento das Políticas da Educação Básica** com valor orçado em R\$ 2.895.992,00, cuja execução no exercício 2008 atingiu o montante de R\$ 2.019.893,02, tendo como finalidade dar suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle das ações pertinentes a Educação Básica, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas à Política Nacional de Educação Básica.

A forma de implementação dessa ação é direta sendo que os recursos, alocados no orçamento da Administração Direta do MEC, são descentralizados para a Unidade Gestora - Secretaria de Educação Básica, mediante solicitação e ela não possui meta.



4.3 QUALIDADE E CONFIABILIDADE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO UTILIZADOS E CONTROLES INTERNOS IMPLEMENTADOS PELA GESTÃO

A SAA tem concentrado a avaliação dos indicadores no aspecto de eficácia da execução das ações de sua responsabilidade.

No ano de 2008, a SAA mapeou e redesenhou os fluxos e rotinas de trabalho de duas de suas quatro coordenações (CAP e COLEP).

Em 2009, está prevista a conclusão do Projeto de Análise e Melhoria de Processos.

A SPO concentra-se na execução de atividades meio e, por esse motivo, não estabelece indicadores diretamente ligados à evolução de suas atividades.

4.4 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Em relação aos convênios na situação de "a comprovar" vencidos sem a devida inscrição em inadimplência efetiva e os a "a aprovar" expirados a mais de 60 dias, verificamos que o problema apontado no Relatório Anual de Contas de 2008 permanece sem solução. Registre-se que os convênios nesta situação são:

1 - A Aprovar

94	117994	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO	5.950.170,00
94	118001	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	93.500,00
94	118016	FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL RIO GRANDE SUL	60.000,00
94	136874	CENTRO INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA-CIEE	12.552.461,81
96	314540	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	250.265,00

2- A Comprovar

94	118004	FUNDO NAC.DE DESENV.EDUCAÇÃO-FNDE	96.000,00
----	--------	-----------------------------------	-----------

Ressaltamos que as outras unidades não têm convênios.

4.5 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATO

Os procedimentos licitatórios são realizados pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Relativamente aos processos de compras e contratações efetuadas pela SAA, em 2008, selecionamos amostra para análise, que cobriu os seguintes percentuais:

Modalidade de Licitação	Execução Total		Amostra		
	UN	Valor	UN	Valor	%
Pregão	212	44.334.316,26	09	13.037.854,02	29,41
Tomada de Preço	02	1.043.192,00	01	1.000.000,00	95,86
Concorrência	14	33.078.599,87	05	18.065.685,23	54,61
Dispensa	192	8.402.923,58	07	711.301,02	8,46
Inexigibilidade	11	5.814.881,38	03	669.855,98	11,52
Não se aplica	131	7.506.225,62	07	2.137.679,8	28,48



Foi verificado um aumento no valor global de aquisições do exercício anterior para 2008, em , de R\$63.683.265 para R\$92.673.913.

O valor das aquisições por dispensa de licitação reduziu de R\$11.348.735 para R\$8.402.923.

O valor das aquisições por inexigibilidade de licitação aumentou de R\$3.484.777 para R\$5.814.881.

As concorrências aumentaram de R\$13.393.904 para R\$33.078.599.

Houve aumento do valor dos pregões de R\$35.100.340 para R\$44.334.316.

As tomadas de preço aumentaram de R\$355.508 para R\$1.043.192.

Não houve aplicação de recursos em projetos de cooperação técnica em 2008.

Das análises identificamos os seguintes fatos, detalhados na segunda parte deste Relatório de Auditoria:

- Falhas no planejamento, gerando contratação emergencial desnecessária e atraso na substituição de serviço de call center.
- Pagamento de despesas sem respaldo contratual.
- Restrição ao caráter competitivo em licitações.
- Desconformidade na caracterização do BDI e sobrepreço em obras.
- Inobservância ao cronograma físico-financeiro de contrato de obras.
- Ausência de pesquisas de mercado em cotação de preços.
- Contratação de serviços de publicidade sem o devido procedimento licitatório, com sobrepreço e pagamento de comissão indevida.
- Realização de licitação de melhor técnica sem a qualificação necessária dos membros de comissão.
- Planejamento inadequado em publicidade.
- Inobservância de recomendações na área de Tecnologia da Informação, a respeito da apuração de responsabilidade por irregularidades e elaboração de projetos básicos para soluções.
- Falha na execução de contrato na área de TI.

Destaca-se na gestão a manutenção do convênio MEC-Abert, entre o Ministério e a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), que permite a divulgação de informações de utilidade pública na área da educação com um custo mínimo para o Estado e atingimento de praticamente todo o território nacional.



4.6 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em 2008, a SAA contou com uma força de trabalho composta de 1.935 pessoas, distribuídas da seguinte forma:

Vínculo	2006	2007	2008
Ativos do quadro próprio	1.283	1.066	981
Requisitados em exercício na unidade	126	104	101
Cargo comissionado sem vínculo	177	147	160
Terceirizados	661	659	630
Contrato temporário (Lei 8.745/93)	76	49	26
Estagiários IEL	200	44	37
Total	2.523	2.069	1.935
Cedidos pela unidade	196	202	230

Verificamos a redução de aproximadamente 6,5% no quadro de pessoal, em relação ao exercício de 2007. A maior parte do decréscimo é decorrente da diminuição do quantitativo de pessoal ativo, terceirizados e temporários.

A redução no quadro de funcionários terceirizados foi de aproximadamente 4,5%. O quadro a seguir mostra a distribuição dos mesmos na entidade:

Descrição	2006	2007	2008
Pessoal Terceirizado: Vigilância	100	100	74
Pessoal Terceirizado: Apoio Administrativo	290	311	273
Pessoal Terceirizado: Serviços Auxiliares	43	43	96
Pessoal Terceirizado: Limpeza	105	105	105
Pessoal Terceirizado: Bombeiros Particulares	0	0	25
Pessoal Terceirizado: Teleatendimento	123	100	57
Total de Pessoal Terceirizado	661	659	630

Conforme consta no Relatório de Gestão, em 2008, o quantitativo de pessoal da SE/SPO/SAA, admitido, desligado e concessões de aposentadorias e pensões, foi o seguinte:

Atos	Quantidade	Registros no Sisac
Admissão	0	-
Desligamento	33	33
Aposentadoria	12	12
Pensão	10	10



Para a análise da área de gestão de pessoas selecionamos amostras relativas aos assuntos abaixo, não apresentando problemas:

- Servidores com mais de um vínculo;
- Adicionais de periculosidade e insalubridade
- Auxílio-transporte e auxílio-alimentação;
- Reingresso de servidores;
- Aposentadoria proporcional de servidores;
- Servidores que recebem DAS/CD;
- Beneficiários de pensão,
- Aposentadoria compulsória;
- Representação mensal instituída pela Decreto-lei n° 2.333/87;
- Aposentadoria por invalidez, proporcional e integral;
- Opção de função nos termos da Lei n.º 8.911/94;
- Pagamento de quintos/décimos;
- Cumprimento de decisão judicial;

4.7 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Na ocasião dos trabalhos de campo desta auditoria, as determinações contidas no Acórdão TCU n° 669/2008, referentes a Tecnologia da Informação, estavam sendo verificadas concomitantemente por equipe específica do Tribunal de Contas da União, composta exclusivamente para tal. Assim, devido à necessidade de recursos humanos para as demais demandas pela sua complexidade e para evitar retrabalho, não foram realizadas análises mais aprofundadas do Acórdão supracitado.

Além disso, nas recomendações do Tribunal, a maioria ainda apresentava prazo vigente ou referia-se a contratações futuras, não cabendo verificação imediata.

4.8 CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Foi analisada amostra não-estatística da concessão de diárias, quanto à origem do servidor, valores e a conformidade com os motivos, em especial das que incluíram finais de semana. Todos os processos analisados guardaram conformidade com os objetivos descritos e não apresentaram irregularidades.

4.9 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

A SAA efetuou gastos no valor de R\$ 83.815,13, e a SPO no valor de R\$ 385,20 através do Cartão de Pagamentos do Governo Federal. Deste montante analisamos 74%. Da análise não foi verificada a ocorrência de falhas.



III - CONCLUSÃO

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília , 19 de junho de 2009.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
UCI EXECUTORA**

CERTIFICADO DE AUDITORIA

CERTIFICADO N° : 224798
UNIDADE AUDITADA : SECRETARIA-EXECUTIVA/MEC
CÓDIGO : 150017
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO N° : 23000.002842/2009-48
CIDADE : BRASILIA
UF : DF

Foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de **01Jan2008 a 31Dez2008**.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram provas nos registros mantidos pela(s) unidade(s), bem como a aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria.

3. Em nossa opinião, diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo mencionado no parágrafo segundo, consubstanciados no Relatório de Avaliação de Gestão n.º 224798 considero:

3.1 No que concerne à gestão dos responsáveis constantes do art. 10 da IN TCU n° 57/2008:

3.1.1 REGULAR COM RESSALVAS a gestão dos responsáveis a seguir listados:

UNIDADE: : SAA/MEC
CÓDIGO : 150002
CIDADE : BRASILIA
UF : DF

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
"NOME E CPF PROTEGIDOS POR SIGILO"		EX SUBSECRETÁRIO DA SAA

FALHA(s) MEDIA(s)

6.1.1.1

Falta de providências para atender recomendações de auditorias anteriores relativas aos Convênios na situação de "a comprovar" e de "a aprovar".

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF	NOME	CARGO
"NOME E CPF PROTEGIDOS POR SIGILO"		SUBSECRETÁRIO DA SAA

FALHA(s) GRAVE(s)

1.1.3.2

Contratação de serviços de copiagem de CDs sem o devido procedimento licitatório, com sobrepreço e pagamento de comissão indevida.

FALHA(s) MEDIA(s)

1.1.3.1

Planejamento inadequado e ausência de critérios objetivos na distribuição das verbas publicitárias de veiculação.

1.1.3.4

Ausência de pesquisa de mercado nas aquisições através de cotação de preços.

2.1.2.1

Estabelecimento de critérios em itens do Edital da Concorrência n° 01/2007, restringindo o caráter competitivo do certame.

2.1.2.2

Desconformidade na caracterização do BDI e sobrepreço em itens da licitação realizada segundo Edital de Tomada de Preço n° 02/2007.

2.1.2.3

Inércia na adoção de providências para substituição de serviço de call center por contact center.

2.1.2.5

Restrição de competitividade em aquisição de software.

2.1.2.6

Ausência de pesquisas que demonstrem, em termos de economicidade e eficiência, a aquisição de solução para serviços de backup.

2.1.3.1

Inobservância ao cronograma físico-financeiro do Contrato n°20/2008.

2.1.3.2

Contratação emergencial de empresa de terceirização de Serviços de copeiragem, garçom e ascensoria decorrente de ausência de planejamento.

2.1.3.3

Contratação indevida de funcionário em terceirização de serviços.

6.1.1.1

Falta de providências para atender recomendações de auditorias anteriores relativas aos Convênios na situação de "a comprovar" e de "a aprovar".

RESPONSÁVEL (IS) :

CPF

NOME

CARGO

"NOME E CPF PROTEGIDOS POR SIGILO"

SUBSECRETARIO DA SAA

FALHA(s) GRAVE(s)

1.1.3.2

Contratação de serviços de copiagem de CDs sem o devido procedimento licitatório, com sobrepreço e pagamento de comissão indevida.

FALHA(s) MEDIA(s)

1.1.3.1

Planejamento inadequado e ausência de critérios objetivos na distribuição das verbas publicitárias de veiculação.

1.1.3.4

Ausência de pesquisa de mercado nas aquisições através de cotação de preços.

6.1.1.1

Falta de providências para atender recomendações de auditorias anteriores relativas aos Convênios na situação de "a comprovar" e de "a aprovar".

3.1.2 REGULAR a gestão dos demais responsáveis tratados no mencionado Relatório de Auditoria.

Brasília , 26 de junho de 2009

AMÉRICO MARTINS

COORDENADOR-GERAL DE AUDITORIA DA ÁREA DE EDUCAÇÃO I



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO N° : 224798
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO N° : 2300.0.0028/42/2-00
UNIDADE AUDITADA : SEC.EXECUTIVA/MEC
CÓDIGO : 150017
CIDADE : BRASÍLIA

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da SFC/CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresse, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

2.No que diz respeito ao cumprimento das Ações Governamentais a cargo do Órgão, verifica-se que em geral as metas foram atingidas. Ressalte-se que a Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação superou as metas físicas previstas para o exercício em 18% com execução orçamentária de 60%. Esta realização reflete eficácia e eficiência no cumprimento da meta institucional.

3.Dentre as ações desenvolvidas, merece destaque a gestão e manutenção do convênio MEC-Abert, entre o Ministério e a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), que permite a divulgação de informações de utilidade pública na área da educação, com um custo mínimo para o Estado e atingimento de praticamente todo o território nacional.

4.As principais constatações originadas dos trabalhos de Auditoria Anual de Contas do exercício de 2008 referem-se à inobservância da legislação relativa à gestão de recursos humanos; aos processos de contratação, em especial àqueles relacionados à área de publicidade institucional, serviços de engenharia, terceirização de pessoal e de tecnologia da informação; à gestão patrimonial; bem como à não adoção de providências em relação a convênios cujas prestações de contas encontram-se pendentes de apresentação ou apreciação.

5.Dentre as causas estruturantes relacionadas às constatações, pode-se citar fragilidades nos controles internos administrativos relacionados à regularidade dos processos de contratação de bens e

serviços, à gestão de recursos humanos e patrimonial, bem como na análise de prestações de contas de convênios. As recomendações formuladas referem-se à aplicação da legislação pertinente e ao fortalecimento das práticas de controles administrativos.

6. Especificamente no que diz respeito aos controles internos, verifica-se que apesar do gestor haver adotado medidas no sentido de sanear as falhas apontadas na área patrimonial e na resolução das pendências nas prestações de contas dos convênios, ainda há necessidade de ajustes operacionais e sistêmicos.

7. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto nº 93.872/86 e inciso VIII, art. 12 da IN/TCU/Nº 57/2008 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei nº 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 29 de junho de 2009

CLEÔMENES VIANA BATISTA
DIRETOR DE AUDITORIA DA ÁREA SOCIAL